A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Alessandra Ferreira Mota[1]
Dilma Ferreira Leite Silva [2]
Soraide Isabel Ferreira [3]

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, referente ao trabalho desenvolvido na Política de Assistência Estudantil, durante o período da pandemia da Covid-19. Assim, objetiva apresentar as novas estratégias de atuação das profissionais do Serviço Social na Assistência Estudantil nesse contexto. Para desenvolver o artigo, nos pautamos em alguns estudiosos que tratam da respectiva temática e nas contribuições experienciadas pelas profissionais nesse espaço. A metodologia utilizada consiste no relato de experiência. Os dados demonstram que o trabalho das Assistentes Sociais é fundamental para viabilizar a permanência dos estudantes, no entanto o maior desafio consiste no trabalho remoto para garantia de acesso dos estudantes aos auxílios estudantis, o que requer melhorias nas condições de trabalho.

Palavras-chave: Política de Educação Profissional e Tecnológica. Assistência Estudantil. Permanência.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the professional practice of Social Workers at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso - IFMT, regarding the work developed in the Student Assistance Policy, during the period of the Covid-19 pandemic. Thus, it aims to present the new action strategies of Social Work professionals in Student Assistance, in this context. To develop the article, we drew on some scholars who deal with the respective theme and on the contributions experienced by professionals in this space. The methodology used consists of the experience report. The data show that the work of Social Workers is essential to enable the permanence of students, however the biggest challenge is the remote work to guarantee students' access to student aid, which requires improvements in working conditions.

Keywords: Professional and Technological Education Policy. Student Assistance. Permanence.

[1] Assistente Social do IFMT, *campus* Juína; Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Email: alessandramota.24@hotmail.com.
[2] Assistente Social do IFMT, *campus* Cuiabá; Mestra em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Email: ysa.ferreira21@gmail.com.
[3] Assistente Social do IFMT, *campus* Rondonópolis; Mestranda em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Email: dilma.silva@roo.ifmt.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

As contradições produzidas pelo grande capital se apresentam cada vez mais profundas, devido os interesses econômicos, tornando-se visíveis a incapacidade do Estado em enfrentar as desigualdades sociais, sobretudo neste período de pandemia da Covid-19, o que evidencia a sua falta de compromisso em promover a implementação de políticas sociais que se mostram reduzidas no sentido de garantir minimamente a sobrevivência de uma parcela significativa da população.

Neste cenário do Coronavírus, a Política de Assistência Estudantil é de suma importância para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, pois objetiva reduzir as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo para sua permanência na escola. No entanto, essa política ainda não tem atendido de forma universal o público com perfil estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES que comprove uma renda familiar de até um salário-mínimo e meio por membro da família.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, assim como diversos Institutos Federais de Educação - IFs de todo o Brasil, tem promovido diversas estratégias e incentivos visando à permanência e êxito dos estudantes, prevenindo a evasão escolar, por meio da implementação de novas modalidades de auxílios estudantis.

Com essa perspectiva, as Assistentes Sociais do IFMT no desenvolvimento do exercício profissional têm atuado com vistas ao atendimento das demandas que lhes são colocadas, de forma a atender as necessidades dos filhos da classe trabalhadora, principal demandante das ações sociais.

No entanto, a viabilização do direito à educação, enquanto acesso, permanência e formação com qualidade é perpassado por entraves, limites e desafios que se colocam no cotidiano de trabalho, limitando muitas vezes o desenvolvimento de ações mais eficientes.

Nesse contexto, o Projeto Ético Político - PEP, enquanto fundamento da prática profissional, se apresenta como possibilidade de construção de ações com clara direção política que confronte a hegemonia do capital, primando pela garantia de

direitos e proteção social dos estudantes junto aos programas e ações internas e articulação com a equipe multiprofissional.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

No ano de 2008, foram criados os IFs em todo o Brasil, por meio da Lei nº 11.892/2008 como resultado do desdobramento da Política de Educação Profissional do Governo do ex-presidente Lula, integrando diferentes níveis e modalidades de educação nas dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Originariamente esses institutos são resultantes das antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e dos Centros de Formação Educação Tecnológica (CEFETs).

Com base nos dados do Ministério de Educação e Cultura - MEC, em 2019, os números da Rede Federal computavam: 38 Institutos federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Em relação aos respectivos *campi* associados a estas instituições federais, têm-se ao total 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país, sendo que essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, MEC, 2019).

Com o processo contínuo de expansão e interiorização, em Mato Grosso, o IFMT conta com 19 *campi*, sendo eles: *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva; *Campus* São Vicente; *Campus* Cáceres – Professor Olegário Baldo; *Campus* Cuiabá - Bela Vista; *Campus* Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste; *Campus* Campo Novo do Parecis; *Campus* Juína; *Campus* Confresa; *Campus* Rondonópolis; *Campus* Sorriso; *Campus* Várzea Grande; *Campus* Barra do Garças; *Campus* Primavera do Leste; *Campus* Alta Floresta; *Campus* Avançado Tangará da Serra; *Campus* Avançado Diamantino; *Campus* Avançado Lucas do Rio Verde; *Campus* Avançado Sinop; *Campus* Avançado Guarantã do Norte.

Segundo Pacheco (2011), os IFs buscam uma formação profissional mais flexível, dando mais ênfase à compreensão do mundo do trabalho, indo além da

formação para o mercado e voltando-se para uma formação para a vida. Os IFs representam uma possibilidade de construção de uma Educação de combate às desigualdades estruturais de toda ordem, rompendo com a dualidade entre a Educação Básica e a Educação Profissional. Para o autor Pacheco (2011), tem-se início a construção de uma instituição de ensino nova, ousada e inovadora:

> [...] identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, [...]. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como um compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2011, p. 17).

A Política de Educação Profissional e Tecnológica considerou que não bastava democratizar o acesso à educação, era necessário oferecer condições objetivas para que os estudantes da classe trabalhadora conseguissem desenvolver suas capacidades para a vida e para o mundo do trabalho, por meio de um modelo de educação integrada, com o estudo das disciplinas básicas do Ensino Médio e das disciplinas técnicas, possibilitando uma formação humana.

Ciavatta (2005, p. 2) aponta que a Educação Integrada considera a Educação como parte “inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior”. Assim sugere tornar íntegro o indivíduo dividido pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar “a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado [...] dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social” (CIAVATTA, 2005, p. 2).

Esse modelo educacional preconizado na Política de Educação Profissional e Tecnológica é relevante para o combate à desigualdade de acesso à Educação e ao combate à extrema desigualdade socioeconômica que obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a trabalhar visando complementar a renda familiar, ou a auto sustentação, muito antes dos 18 anos de idade (MOURA, 2007).

Se, por um lado, o modelo da EPT traz a perspectiva do conhecimento científico e tecnológico para a produção do conhecimento; por outro, ainda não conseguiu atender as demandas dos estudantes pertencentes à classe trabalhadora de forma mais abrangente, que traz consigo não somente demandas provenientes da escolarização, ou seja, aquelas relacionadas ao processo de ensino- aprendizagem, mas também outras de cunho estrutural, isto é, decorrentes da desigualdade social que impactam na sua permanência nas instituições de ensino.

Assim, não se pode, evidentemente, deixar de ressaltar as implicações do ideário neoliberal para a Educação, na medida em que defende os interesses econômicos em detrimento do social. Entre os agravos causados pelo neoliberalismo na área da Educação, destacamos a formulação e a gestão da política educacional pelo Estado, passando a apresentar uma diretriz cada vez mais privatista, com a redução das responsabilidades do Estado na prestação direta de serviços educacionais (CASTRO, 2008).

O neoliberalismo gerou o processo de contrarreforma da Educação, o que consequentemente impactou diretamente a Política de Assistência Estudantil do IFMT, que atende os estudantes do Ensino Médio, do Subsequente e do Ensino Superior. Com investimentos cada vez mais reduzidos, essa instituição têm tido dificuldades financeiras para desenvolver seus projetos educacionais voltados ao tripé ensino, pesquisa e extensão, dos quais destacamos principalmente as ações da Assistência Estudantil de incentivo à permanência: alimentação, transporte e moradia.

Conforme dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha[4], nos anos de 2018 e 2019 houve uma progressiva diminuição nos investimentos na área da Educação do IFMT, com uma queda respectiva de 17.526.795,00 para 12.920.216.32. Com esses cortes, a Política de Assistência Estudantil tem sido seriamente impactada, sendo os estudantes os maiores afetados, pois com falta de investimento torna-se necessário diminuir a quantidade de bolsas ofertadas ou manter os valores pagos sem reajuste de valor.

[4] Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 30 de ago. 2020.

A redução de investimento, seja no âmbito econômico, seja no âmbito estrutural, seja no âmbito dos recursos humanos impacta as políticas estudantis, prejudicando a inserção dos estudantes que necessitam dos auxílios e das bolsas para permanecerem na instituição. Embora o IFMT seja uma instituição de ensino importante, ele ainda não consegue atender o perfil de estudantes da classe trabalhadora que requerem amplos investimentos em diversas áreas.

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT pós anos 2008 continua trazendo marcas expressivas do desenvolvimento econômico extremamente desigual, que fortalece a estrutura da desigualdade social presente na sociedade brasileira, elemento que, por sua vez, gera um aprofundamento da desigualdade educacional, dificultando e/ou impossibilitando que parte significativa de estudantes tenham as mesmas condições de acesso à educação pública, laica e de qualidade.

3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REQUISIÇÃO INSTITUCIONAL E DEMANDA SOCIAL DA COVID-19

A inserção das Assistentes Sociais no IFMT ocorreu especialmente com aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil[5] – PNAES/2010 (nota de rodapé Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES), tendo como requisição principal a atuação na Assistência Estudantil que objetiva garantir o acesso e a permanência dos estudantes devidamente matriculados em Instituições Federais de Ensino, bem como prevenir situações de abandono e de repetência escolar oriundos de condições de pobreza, que impactam no desenvolvimento educacional dos estudantes.

Diante do cenário da pandemia do Coronavírus (Covid-19), diversas atividades presenciais foram suspensas devido às orientações dadas pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020. Sendo necessária a adoção de novas

[5] Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES).

medidas de segurança com o objetivo de assegurar a proteção da população, em especial a dos estudantes, dada a gravidade e letalidade produzida pelo vírus.

Nesse contexto pandêmico, em atendimento às recomendações da OMS, o IFMT suspendeu suas atividades presenciais a partir de 17 de março de 2020. Para garantir a conclusão do referido ano letivo, foi implementado o Regime de Exercício Domiciliar - RED[6] pelos *campi*. Para garantir condições igualitárias de acesso digital necessário para execução do RED, foi autorizada a realização de processos seletivos simplificados[7], para a concessão de auxílios emergenciais de Acesso à Internet, Alimentação, Moradia, Saúde e distribuição de kits de alimentos e de proteção contra a COVID -19. Por meio de processos simplificados, deu-se andamento na realização de editais para evitar a evasão.

Como assistentes sociais, atuamos na implementação da Política de Assistência Estudantil, realizando análises socioeconômicas a partir de critérios definidos em editais que atendem as especificidades de cada campus. Para tanto, utilizamos diversos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, como: análise documental, entrevistas, visitas domiciliares e parecer social.

Desse modo, o que segue é a tentativa de delinear algumas experiências do exercício profissional no campo da Assistência Estudantil a partir da execução dos editais emergenciais lançados durante esse período de pandemia com vistas a adensar o debate nesta esfera, que é uma das frentes de atuação das Assistentes Sociais no IFMT.

3.1.1 *Campus* Pontes e Lacerda

O campus Pontes e Lacerda está localizado na região Oeste do Estado de Mato Grosso, a 445 KM de Cuiabá. Tem sua origem em meados de 2008, como Unidade

[6] Instrução Normativa nº 003, de 22 de abril de 2020, que orienta procedimentos quanto à execução do Regime de Exercício Domiciliar – RED no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT e dá outras providências, em conformidade com a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[7] Instrução Normativa nº 004, de 30 de abril de 2020, que autoriza a Concessão de Auxílios Emergenciais para Acesso à Internet, Alimentação, Moradia, Saúde e distribuição de kits de alimentos e de proteção contra a COVID -19 por meio de processos simplificados.

Descentralizada - UNED, do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFET-MT, transformando-se em *campus* por meio da Lei nº 11.892/2008.

Atualmente oferta Ensino Médio Integrado (Técnico em Informática, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Administração); Subsequente (Eletrotécnica e Química); Ensino Superior (Bacharelado em Administração, Comércio Exterior, Redes de Computadores, Eletrotécnica Industrial e Licenciatura em Física), Proeja[8] (Comércio) e Pós-graduação *Latu Sensu* em Linguagem e Literatura.

No que se refere ao Programa de Assistência Estudantil no *campus* Pontes e Lacerda, apresentaremos o quantitativo de auxílio do programa de incentivo à permanência executado em 2019 e 2020 pela instituição. Importante ressaltar que, com o advento da pandemia da Covid-19, em 2020, as condições sanitárias foram diferentes se comparadas com as condições de 2019, sendo necessárias novas estratégias para contribuir com a permanência estudantil visando minimizar os efeitos do vírus na educação por meio da execução de editais específicos no enfrentamento da evasão.

No período letivo de 2019, foram realizados dois processos de seleção pela Assistência Estudantil que totalizaram 283 inscritos para 120 auxílios, sendo 60 na modalidade de alimentação e 60 na modalidade de transporte. Do total de estudantes, 51 foram contemplados com Auxílio-Alimentação e 51 com Auxílio-Transporte, sendo 8 com ambos auxílios, abrangendo Ensino Médio/Integrado, Subsequente e Ensino Superior, conforme exposto em tabela abaixo:

Tabela 1 – Editais de assistência estudantil campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste 2019

Edital Nº	Tipo de Auxílio	Nº de Contemplados	Valor/R$	Período/Meses
07/2019	Alimentação	41	180	10
	Transporte	41		
	Ambos	18		
13/2019	Alimentação	8	180	10
	Transporte	8		
	Ambos	4		

Fonte: Elaborado pela Assistente Social Campus Pontes e Lacerda Fronteira Oeste (2021).

[8] Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Os dados demonstram que a demanda por auxílios estudantis é maior que a oferta, de tal forma que apenas 42,40% foram contemplados. Pode-se afirmar que o parco investimento orçamentário na Assistência Estudantil tem resultado na oferta de poucas vagas, ou seja, o IFMT ainda não conseguiu atender de forma universal todos os estudantes que necessitam de um auxílio para se manterem nessa instituição.

Com o aumento da demanda de estudantes por auxílios, a Política de Assistência Estudantil tem se tornado cada vez mais seletiva e focalizada, sendo necessário afunilar os critérios de seleção, o que acaba por excluir, quando deveria promover a inclusão dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, evidencia-se uma extrema vulnerabilidade dos estudantes, sendo necessária a concessão dos dois auxílios para sua manutenção no espaço escolar.

Para Arroyo (2002), a escola é uma instituição social, dividida em classes e grupos sociais desiguais, o que torna necessário o desenvolvimento de uma política de permanência que esteja diretamente relacionada às questões de cunho social e articulada em rede, na tentativa de um atendimento totalitário.

Do total geral dos estudantes selecionados para o ano letivo de 2019, 8 pediram transferência, o que representou quantitativamente 6,666%. Desta forma, 93,3333% dos bolsistas concluíram o ano letivo. Isso significa que a grande maioria dos estudantes bolsistas permaneceram nesse *campus.* Entretanto, tais informações requerem uma análise aprofundada acerca do alcance da Assistência Estudantil no IFMT, com o objetivo de analisar além do quantitativo de estudantes beneficiados, verificando em que medida esses estudantes têm sido atendidos em suas necessidades, pois a permanência envolve outras questões, como: aspectos humanos, condição de saúde física e emocional, problemas familiares, etc.

Segundo Reis e Tenório (2009), a permanência estudantil está além de uma ótica material. Para os estudantes permanecerem, é preciso “[...] comer, vestir, comprar material, ter dinheiro para o transporte – mas também [ter] as condições de permanência simbólica: fazer parte do grupo, ser estudante universitário com todas as implicações que isso possa ter” (REIS; TENÓRIO, 2009, p. 5).

A pandemia evidenciou a necessidade da implementação de alguns auxílios que, embora já estivessem preconizados no PNAES, ainda não haviam sido

implementados no *campus* Pontes e Lacerda, como Inclusão Digital por meio da modalidade de Acesso à Internet e Cessão de Computadores, os quais passaram a compor o rol de auxílios de incentivo à permanência nessa instituição.

No início do ano de 2020, houve a execução do Edital nº 03/2020 que previu 100 auxílios, sendo divididos em 50 para modalidade de alimentação e 50 na modalidade de transporte. Com a suspensão das atividades presenciais foram executados mais 6 editais, conforme exposto em tabela abaixo:

Tabela 2 - Editais de Assistência Estudantil campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste 2020

Edital Nº	Tipo de Auxílio/bolsa	Nº de Contemplados	Valor/R$	Período/Meses
07/2020	Alimentação	80	180	11
	Acesso à internet	47		
08/2020	Acesso à internet	67	150	9
09/2020	Cessão de Equipamentos Digitais	24	Empréstimo	4
10/2020	Cessão de Equipamentos Digitais	10	Empréstimo	4
12/2020	Kit de Alimentos	64	Entrega	4
13/2020	Kit de Alimentos	84	Entrega	4

Fonte: Elaborado pela Assistente Social Campus Pontes e Lacerda Fronteira Oeste (2021.)

Destaca-se que, durante o ano letivo de 2020, todos os estudantes que se inscreveram nos respectivos editais foram contemplados. Não houve lista de classificados. Também, cabe ressaltar que, diante de todas as dificuldades encontradas para execução do RED, 14 estudantes assistidos pelos auxílios de permanência solicitaram transferência, representando 3,72% do total de 376 beneficiários contemplados. Dos estudantes que receberam um dos auxílios supracitados, 96,28% permaneceram nessa instituição. Isso implica que a Assistência Estudantil tem um papel muito importante para permanência dos estudantes, em especial, neste período de pandemia, em que as desigualdades sociais se intensificaram, requerendo estratégias de combate à desistência.

Se compararmos o período de 2019 e 2020, verifica-se que houve um aumento no número de estudantes atendidos, bem como a implementação de outras modalidades de auxílio visando atender as necessidades dos estudantes nesse

momento de grave crise econômica e social que acabou por impactar principalmente as famílias pertencentes a classe trabalhadora.

O recurso destinado à Assistência Estudantil em 2019 foi de R$ 590.895,00 e em 2020 R$ 681.125,10, o que representa um incremento de um pouco mais de 15% de um ano para outro. Apesar desse valor não ter sido tão alto, por sua vez, ele importou de forma positiva para o processo de êxito escolar.

Segundo os estudos de Paura (2013), os programas de assistência estudantil vêm contribuindo para o acesso e a permanência dos discentes. Em relação a esse trabalho, assistente social é um profissional privilegiado, visto que atua nas diversas modalidades da assistência estudantil ao contribuir para o acesso às políticas públicas, para a garantia de direitos sociais e também para a permanência dos/as estudantes nos institutos federais, fortalecendo estratégias e ações que busquem o enfrentamento à evasão.

3.1.2 *Campus* Rondonópolis

O *Campus* Rondonópolis localiza-se na região sul do estado de Mato Grosso, a 215 km de Cuiabá. Atualmente oferta oito cursos: dois de nível superior (Licenciatura em Ciências da Natureza e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e cinco de nível médio técnico integrado (Química, Secretariado, Informática, Alimentos e Administração em Proeja) e um na modalidade subsequente (Química).

No tocante ao Programa de Assistência Estudantil no *campus* Rondonópolis, situaremos os processos seletivos dos auxílios estudantis nos períodos de 2019 e 2020 de incentivo à permanência da instituição. Em 2019 foram ofertados dois editais contemplando as modalidades de Ensino Médio Integrado e PROEJA, e outro para Ensino Superior e Subsequente.

Para o Ensino Médio Integrado e PROEJA foram ofertados 121 auxílios na modalidade de alimentação e transporte, sendo 101 contemplados com alimentação e 20 com ambos auxílios. Para o ensino Superior e Subsequente, foram ofertados 37 auxílios na modalidade de alimentação. Conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 3 - Editais de assistência estudantil *campus* Rondonópolis - 2019

Edital Nº	Tipo de Auxílio	Nº de Contemplados	Valor/R$	Período/Meses
04/2019	Alimentação	101	160	6
	Alimentação e Transporte	20	180	
10/2019	Alimentação	37	160	5

Fonte: Elaborado pela Assistente Social *Campus* Rondonópolis (2021).

Do total geral de 158 alunos beneficiados nos dois editais estudantis no ano de 2019, 10 alunos evadiram (transferência, cancelamento e/ou não renovação de matrícula), caracterizando assim um percentual de 6,33% de estudantes que mesmo recebendo auxílio não permaneceram. Deste modo, observa-se que 93,57 % permaneceram e concluíram o ano letivo. Embora esse número não seja tão significativo, - é necessário que seja avaliado a efetividade da Política de Assistência Estudantil, no sentido de contribuir para permanência.

Em relação ao período de 2020 foram executados os editais dos auxílios estudantis já previstos anualmente, conforme a Política de Assistência Estudantil. Para além desses, foram ofertados os auxílios emergenciais nas modalidades de Inclusão Digital e Acesso à Internet. Assim foram realizados empréstimos de computadores para que os estudantes assistissem às aulas remotas, em conformidade com a tabela abaixo:

Tabela 4 - Editais de assistência estudantil *campus* Rondonópolis-*2020*

Edital Nº	Tipo de Auxílio	Nº de Contemplados	Valor/R$	Período Meses
05/2020	Alimentação	141	200	8
06/2020	Alimentação	61	200	8
08/2020	Inclusão Digital Acesso à Internet	35	100	4
Requerimento	Cessão de Equipamento Digital	7	Empréstimo	Até a finalização do ano letivo

Fonte: Elaborado pela Assistente Social *campus* Rondonópolis (2021).

Cabe ressaltar que todos os estudantes que participaram do processo de seleção em 2020 do auxílio alimentação foram contemplados. Nos chamou atenção, em relação ao auxílio Inclusão Acesso à Internet, o número de vagas não preenchidas, pois das 60 vagas, apenas 35 foram ocupadas. Disso podemos inferir que

provavelmente os estudantes mais vulneráveis sequer conseguiram se inscrever nesse processo justamente por falta de acesso à internet.

Dado o contexto da pandemia, foi necessária uma destinação de recursos maior para atendimento às demandas dos estudantes, dessa forma o *campus* Rondonópolis, em 2020, ampliou o recurso para R$ 430.352,00 em relação ao valor de R$ 314.416,00 destinado em 2019, o que representou 36,87%.

Importante destacar que a Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem contribuído para permanência, minimizando o percentual de abandono escolar, desenvolvendo um papel fundamental no processo de enfrentamento da pandemia, por meio da implementação de novas modalidade de auxílios, que embora já estivessem previstos na Política de Assistência Estudantil, somente foram executados dada a urgência decorrente dessa crise sanitária.

No entanto, verificamos a necessidade de melhores condições humanas de trabalho, com a contratação de mais profissionais de serviço social, pois o trabalho de atendimento aos estudantes fica em sua maioria sob responsabilidade da única assistente social que, para além da gestão da assistência estudantil, precisa desenvolver outras ações profissionais como ações socioeducativas buscando a democratização e a formação crítica dos estudantes e de suas famílias.

4 CONCLUSÃO

A pandemia da Covid-19 evidenciou a necessidade de readaptação do trabalho em todos os espaços ocupacionais, no IFMT isso não foi diferente. Assim, um “novo normal”, uma “nova maneira” de relacionamento entre os profissionais e os estudantes tornou-se extremamente necessário, em virtude do trabalho remoto.

Nesse contexto, as profissionais do Serviço Social do IFMT realizam seu trabalho em meio a desmontes de direitos e novas requisições sociais, buscando intervir de forma reflexiva na realidade, por meio da compreensão e análise da situação de vida dos estudantes e de seu grupo familiar, bem como relacionando as condições de permanência estudantil com os aspectos sociais, econômicos, psicológicos, pedagógicos e institucionais.

Os desafios do trabalho remoto ultrapassam a usurpação dos recursos materiais da trabalhadora, além disso, a intensificação do trabalho feminino tem afetado de forma significativa as mulheres, desencadeando em questões sociais e psicológicas, em virtude da diminuição das relações interpessoais no espaço de trabalho e da progressiva perda de direitos, somado à dificuldade de conciliar trabalho profissional com trabalho doméstico, de tal forma a não saber mais o que é "tempo de trabalho e tempo de vida" (ANTUNES, 2020).

Dado o contexto da pandemia, as Assistentes Sociais do IFMT foram conduzidas ao trabalho remoto, sem qualquer capacitação, passando a utilizar seus próprios recursos para a realização das atividades laborativas, evidenciando a precarização do trabalho, visto que para algumas profissionais seus notebooks de uso pessoal não se enquadraram para realização de suas demandas. Para atender as requisições institucionais e as necessidades dos estudantes nesse período, foi necessária a aquisição de telefones celulares, pacotes de dados de internet, rede wi-fi, energia elétrica, entre outros recursos que foram sendo aperfeiçoados ou implementados.

Nesse cenário, o desenvolvimento do exercício profissional nesse espaço sócio ocupacional tem se configurado com base no Projeto Ético Político - PEP, enquanto fundamento da prática profissional e possibilidade da construção de ações com clara direção política que confronte a hegemonia do capital, com vistas ao atendimento das demandas que lhes são colocadas, de forma a atender as necessidades dos filhos da classe trabalhadora.

Os dados demonstram que o trabalho das Assistentes Sociais é fundamental para viabilizar a permanência dos estudantes. Embora tenha havido um pequeno aumento nos valores destinados à Assistência Estudantil, se compararmos 2019 e 2020, o maior desafio envolve o trabalho remoto na garantia de acesso dos estudantes aos auxílios estudantis, o que requer melhorias nas condições de trabalho.

Referência Bibliográficas

____Instrução Normativa nº 003, de 22 de abril de 2020. [Orienta procedimentos quanto à execução do Regime de Exercício Domiciliar]. Site Institucional. 22 abr. 2020.

Online. Disponível em: http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/instrucao-normativa-reitoria/. Acesso em: 11 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARROYO, Miguel G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, Ano 11, nº 53, jan./mar. 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709173/mod_resource/content/3/Leitura%20complementar.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

CASTRO. A. T. B. Tendências e contradições do sistema educacional brasileiro no contexto do Mercosul: os desafios das cotas no ensino público superior. In: Revista Temporalis, ano VIII, nº 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS/CRESS 2013.
CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugres de memória e de identidade. Trabalho necessário, ano 3, número 3 – 2005, p. 1-20.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instrução Normativa nº 004, de 30 de abril de 2020. Disponível em: http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/instrucao-normativa-reitoria/. Acesso em: 11 ago. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, Ano 23, v. 2 – 2007. p. 4-30.

PACHECO, Eliezer. (Org) Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na Educação Superior. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 113-129.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, Online, n.129, p.304-325. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0304. Acesso em: 12 ago. 2021.

REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, Robinson Moreira. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. **Avaliação e sociedade: a negociação como caminho [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 47-66.